



A IMPORTÂNCIA DO DESENHO INFANTIL NA AVALIAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

THE IMPORTANCE OF CHILDREN'S DRAWINGS IN PSYCHOPEDAGOGICAL ASSESSMENT

LA IMPORTANCIA DEL DIBUJO INFANTIL EN LA EVALUACIÓN PSICOPEDAGÓGICA



10.56238/edimpecto2025.029-006

Raquel Muniz Maya

Pós-graduada Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional
Instituição: Universidade Estácio de Sá
E-mail: raquelpsi.maya@gmail.com

RESUMO

O presente artigo aborda a importância do desenho infantil no contexto da psicopedagogia, levando-se em consideração a revisão bibliográfica de artigos e livros na área. Primeiramente, busca-se fornecer uma visão histórica do fazer psicopedagógico, bem como destacar possibilidades para sua conceituação, incluindo o olhar da psicanálise como base teórica para interpretação do desenho infantil. Em seguida, trata-se da avaliação psicopedagógica, contextualizando o uso do desenho no atendimento clínico, e enfatizando a sua importância como instrumento de avaliação. Em seguida, faz-se um preâmbulo de como o desenho começou a fazer parte de nossa sociedade, salientando-se o fato de que esse ganha importância e passa a ser estudado, à medida que se muda o olhar da sociedade perante a infância. Posteriormente, são apresentados o conceito de representação e as etapas do desenho infantil segundo Piaget. Trata-se também do desenho infantil como precursor da linguagem escrita, citando-se algumas abordagens/técnicas possíveis para a interpretação do desenho infantil. Por fim, o artigo revela a importância do desenho como recurso psicopedagógico, enfatizando sua eficácia.

Palavras-chave: Psicopedagogia. Avaliação Psicopedagógica. Desenho Infantil. Técnicas Projetivas. Psicanálise.

ABSTRACT

This article addresses the importance of children's drawing in the context of psychopedagogy, taking into account the bibliographic review of articles and books in the area. Firstly, it seeks to provide a historical view of the psychopedagogical practice as well as highlights the possibilities for its conceptualization, including the look of psychoanalysis as theoretical basis towards the interpretation of children's drawings. Then, it mentions the psychopedagogical assessment, contextualizing the use of drawing in clinical care, and emphasizing its importance as an assessment tool. Afterwards, a preamble is made of how drawing started to be part of our society, emphasizing the fact that it gains importance and starts to be studied, as society's view of childhood changes. Subsequently, the concept of representation and the stages of children's drawing according to Piaget are presented. The article



also highlights children's drawing as a precursor to written language, mentioning some possible approaches/techniques for the interpretation of children's drawing. Finally, the article reveals the importance of drawing as a psychopedagogical resource, emphasizing its effectiveness.

Keywords: Psychopedagogy. Psychopedagogical Assessment. Children's Drawing. Projective Techniques. Psychoanalysis.

RESUMEN

El presente artículo aborda la importancia del dibujo infantil en el contexto de la psicopedagogía, teniendo en cuenta la revisión bibliográfica de artículos y libros en la área. En primer lugar, se busca proporcionar una visión histórica de la psicopedagogía, así como destacar las posibilidades para su conceptualización, incluyendo la perspectiva del psicoanálisis como base teórica para la interpretación del dibujo infantil. A continuación, se aborda la evaluación psicopedagógica, contextualizando el uso del dibujo en la atención clínica y enfatizando su importancia como instrumento de evaluación. A continuación, se hace una introducción sobre cómo el dibujo comenzó a formar parte de nuestra sociedad, destacando el hecho de que este gana importancia y pasa a ser estudiado a medida que cambia la mirada de la sociedad hacia la infancia. Posteriormente, se presentan el concepto de representación y las etapas del dibujo infantil según Piaget. También se aborda el dibujo infantil como precursor del lenguaje escrito, citando algunos enfoques/técnicas posibles para la interpretación del dibujo infantil. Por último, el artículo revela la importancia del dibujo como recurso psicopedagógico, enfatizando su eficacia.

Palabras clave: Psicopedagogía. Evaluación psicopedagógica. Dibujo infantil. Técnicas proyectivas. Psicoanálisis.



1 INTRODUÇÃO

A psicopedagogia é uma área do conhecimento relativamente nova. No Brasil, por exemplo, apesar de haver uma Associação Brasileira de Psicopedagogia desde 1980, sabemos que a profissão ainda não é regulamentada por lei. A formação do psicopedagogo no Brasil, em geral, se dá por meio de cursos de especialização, mestrado e também por meio da graduação. Atualmente, um profissional de qualquer área pode ter acesso a um curso de especialização *lato sensu* em psicopedagogia, diferentemente do que ocorre na Argentina, por exemplo, que forma psicopedagogos apenas por meios de cursos de graduação. Além da questão referente à formação profissional, podemos destacar o fato de que a psicopedagogia ainda se constitui como teoria, área em que a nossa vizinha territorial também tem nos influenciado bastante.

O presente artigo, para chegar ao cerne da questão, percorre alguns caminhos que se julgam pertinentes na composição de uma visão mais ampla do papel que a psicopedagogia ocupa historicamente. Trazemos um olhar historicista ao desenvolvimento da psicopedagogia e seu objeto de estudo. Destacamos o olhar da psicanálise e como a compreensão dos símbolos se relaciona com o desenho, com a elaboração de questões traumáticas, e com a aquisição da linguagem.

Por acreditar-se que o desenho é uma ferramenta de fácil manuseio, entre outras vantagens aqui abordadas, e principalmente por se configurar como riquíssimo instrumento no que se refere à possibilidade de compreensão do ser em sua totalidade, este artigo se ocupa em aprofundar-se em teorias que abordam a compreensão do desenho como valiosa ferramenta psicopedagógica. Partindo de aspectos históricos, destaca as fases de desenvolvimento do ponto de vista psicomotor e cognitivo, bem como traz ferramentas para a interpretação desses desenhos, sem jamais descartar o olhar e a escuta do psicopedagogo para com a criança a quem assiste.

Além disso, vale ressaltar que é nesse momento da avaliação psicopedagógica que se enquadra a visão do presente artigo. Trata-se de precioso momento, parte de um processo maior e bastante complexo. Apesar de a psicopedagogia não ser um lugar fechado para a possibilidade de erros, quanto mais rápidas e acuradas forem as hipóteses formuladas pelo psicopedagogo, mais precisa será sua intervenção, possibilitando ao paciente a superação da questão que o levou ao consultório.

O texto aborda o desenho infantil e suas particularidades, trazendo ao nosso conhecimento como pode se tornar ferramenta tão relevante no trabalho do psicopedagogo ao fornecê-lo tamanha riqueza de dados para observação e escuta. Houve bastante preocupação com a seriedade da pesquisa feita, para que esse artigo pudesse contribuir à formação desse escopo teórico, tão necessário a uma área que deseja se estabelecer definitivamente como ciência interdisciplinar, ainda que única. Para a construção desse saber, conta-se com vasta pesquisa bibliográfica reunindo uma gama de teóricos, dos mais renomados, a saber Nádia Bossa, Sara Paín, Jorge Visca, Maureen Cox, Jean Piaget, Freud, entre outros nomes.



2 OBJETIVO GERAL

O presente artigo tem como objetivo geral abordar a importância do desenho infantil na avaliação psicopedagógica.

3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Preparar um panorama histórico da psicopedagogia, situando o contexto brasileiro;

Conceituar psicopedagogia, destacando a mudança de paradigmas ao longo de sua trajetória histórica, e ressaltando sua interdisciplinaridade na construção de um saber único;

Identificar o papel da avaliação psicopedagógica, destacando a importância da escuta e da observação profissional nesse estágio;

Destacar o desenho infantil como meio de acesso ao inconsciente, como ferramenta simbólica para a elaboração psíquica e precursora da escrita e como instrumento revelador do nível de desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e emocional vivido pela criança;

4 METODOLOGIA

A metodologia usada nesse trabalho foi a revisão literária baseada na referência bibliográfica de artigos e livros de autores renomados, voltados para a temática da psicopedagogia e do desenho infantil, de maneira a relacioná-los entre si, contribuindo para a construção teórica da psicopedagogia. A pesquisa de acesso aos artigos foi feita de maneira eletrônica para o levantamento das publicações na área, priorizando as plataformas da Scielo e do Google Acadêmico.

4.1 PSICOPEDAGOGIA: HISTÓRICO E CONCEITUAÇÃO

No Brasil, temos grande influência argentina em nossa prática psicopedagógica. Possivelmente, a proximidade geográfica e o idioma facilitaram esse fluxo, que se deu por meio de estudantes ou professores que aqui se estabeleceram, muitas vezes ao serem perseguidos pelo regime militar argentino. Alguns teóricos argentinos são bastante conhecidos na literatura psicopedagógica, com destaque para Sara Paín, Jorge Visca, e Alicia Fernández, todos citados nesse artigo, entre outros.

A proposta da Psicopedagogia veio da Argentina. Como nas primeiras décadas (deste século) os psicólogos argentinos não tinham permissão de clinicar, a educação surgiu para eles como uma área efetiva de trabalho. Esta dedicação, quase exclusiva, os levou a produzir toda uma metodologia sobre a chamada dificuldade de aprendizagem, dando origem à atual Psicopedagogia. (SILVA apud BOSSA, 2011, p. 63.)

A literatura argentina, por sua vez, está ligada à francesa, que contribui com nomes como “Jacques Lacan, Maud Mannoni, Françoise Dolto, Julián de Ajuriaguerra, Janine Mery, Michel Lobrot, Pierre Vayer, Maurice Debesse, René Diatkine, George Mauco, Pichón-Rivière” (Bossa,



2011, p.57). Janine Mery, psicopedagoga francesa (apud Bossa 2011, p. 58), afirma que é justamente no século XIX que se inicia o interesse pela temática dos problemas de aprendizagem, ressaltando os trabalhos de educadores como Itard, Pereire, Pestalozzi e Seguin. De acordo com a autora, no entanto, o enfoque dado não era às crianças em si, mas aos problemas atribuídos a deficiências sensoriais e a problemas mentais.

Esse enfoque organicista, norteador por princípios médicos e filosóficos da Europa do século XVIII, orienta uma prática psicopedagógica voltada para a falta, de modo que a intervenção priorizava suprir deficiências. Segundo Bossa (2018, p. 10), foi com George Mauco, psicanalista fundador do Centro Médico Psicopedagógico na França, que se iniciam estudos de crianças com dificuldade de aprendizagem, utilizando-se de conceitos da psicologia, da psicanálise e da pedagogia. A intervenção ganha nova perspectiva: a de enxergar a criança em sua totalidade por meio da observação sistematizada e não mais a partir das medidas dos déficits.

Segundo Silva (1998), “a psicopedagogia surge no Brasil como uma das respostas ao grande problema do fracasso escolar e evolui de acordo com a natureza do seu objeto e dos seus objetivos”. Assim como na prática europeia, inicialmente, o objetivo da psicopedagogia brasileira era remediar os sintomas das dificuldades de aprendizagem – desatenção, desinteresse, indisciplina, entre outros. De acordo com Teixeira e Genescá (apud Silva 1987, p. 25), a mudança de paradigma ocorre quando passamos a entender “o sintoma como sinal, produto, emergência de uma desarticulação dos diferentes aspectos da aprendizagem, a saber: o aspecto afetivo, o aspecto cognitivo e o aspecto social”. A psicopedagogia passa, portanto, a ter como objeto o processo de aprendizagem, possibilitando sua ascensão como uma área do conhecimento independente, e não uma área composta pela simples justaposição dos conceitos de psicologia e pedagogia. Segundo Silva (1998), a psicopedagogia

implica uma integração entre a psicologia e a pedagogia, tendo como objeto de estudo o processo de aprendizagem visto como estrutural, construtivo e interacional, integrando nele os aspectos cognitivos, afetivos e sociais do ser humano. A psicopedagogia tem, então, como objetivo, facilitar esse processo de aprendizagem removendo os obstáculos que impedem que ele se faça. (SILVA, 1998, p. 26)

Bossa (2011) afirma que a psicopedagogia se caracteriza pela interdisciplinaridade, e que na busca pela definição de um objeto de estudo próprio, os saberes de outras áreas precisam ser acessados de maneira a contribuir com essa construção. A Psicopedagogia “recorre à Psicologia, à Psicanálise, à Linguística, à Fonoaudiologia, à Medicina e à Pedagogia.” Kiguel (1991) apud Bossa (2011, p.27) ainda acrescenta a Sociologia, a Antropologia e a Epistemologia.

Bertão e Guimarães, (2017, p. 4) nos mostram que com a psicopedagogia há também uma mudança no enfoque social, político e educacional: a dificuldade de aprendizagem passa ser vista



como reflexo da dificuldade de ensino, o que parece explicar a resistência, por parte de alguns professores, em dar o devido crédito ao trabalho psicopedagógico. À medida que se sugere que, havendo condições ideais à aprendizagem, ela ocorre, o profissional se depara com suas próprias dificuldades. Assim, justifica-se a importância de o psicopedagogo entender sobre a aprendizagem: proporcionar ao aprendiz as respectivas condições ideais de maneira especializada, estabelecendo tanto sua importância como profissional, bem como sua área de atuação.

Ainda nessa ótica de que a psicopedagogia propõe novo ângulo sob o qual deve ser vista a questão sucesso versus fracasso, vale ressaltar a perspicácia de Paulo Freire. Curiosamente, Paulo Freire subdivide todos os três capítulos do seu livro *Pedagogia da Autonomia*, (1999) em vinte e sete subtítulos, cujos nomes são frases iniciadas por “Ensinar exige.”. Ainda que tenhamos a dimensão de que ao mediar as dificuldades estamos ajudando o indivíduo a desenvolver sua autonomia, Paulo Freire nos mostra que, antes de qualquer coisa é primordial - e por isso exige - que o profissional desenvolva a sua própria.

Bossa afirma que

No exercício clínico, o psicopedagogo deve reconhecer a sua própria subjetividade na relação, pois trata-se de um sujeito que estuda outros sujeitos. Essa inter-relação de sujeitos, na qual um procura conhecer no outro aquilo que o impede de aprender, implica uma temática muito complexa. Ao psicopedagogo, cabe saber como se constitui o sujeito, como este se transforma em suas diversas etapas da vida, quais os recursos de conhecimento de que ele dispõe e a forma pela qual produz conhecimento e aprende. (BOSSA, 2011, p. 36)

Para Alicia Fernández (apud Bossa 2011, p. 37), cada sujeito tem a sua modalidade de aprendizagem, que é sua maneira pessoal de construir o saber.

Essa modalidade é fruto do seu inconsciente simbólico constituído na sua inter-relação com o outro e de sua atividade estruturante de um universo estável: relação causa-efeito, espaço-temporal, objetividade. [...] Esse sujeito envolve, em um único personagem, o sujeito epistêmico e o sujeito do desejo. Isso significa que a possibilidade de aprender está situada no nível inconsciente, no desejo de conhecer. (BOSSA, 2011, p. 37)

Para Bossa (2011, p. 40) a Psicanálise contribui com a Psicopedagogia à medida que “encarrega-se do mundo inconsciente, das representações profundas, operantes por meio da dinâmica psíquica que se expressa por sintomas e símbolos, permitindo-nos levar em conta a face desejante do homem.” Bossa (2018) acrescenta que “a prática psicopedagógica é um lugar privilegiado para se observar as relações entre estruturas cognitiva e simbólica ao nível do desejo”.

Em seu artigo “Além do Princípio do Prazer”, Freud (apud Bossa 2018, p. 11) nos fala sobre a importância de a criança simbolizar durante sua constituição afetiva. O menino, a quem Freud se refere no artigo, brinca para elaborar a ausência de sua mãe. Essa brincadeira simbólica permite que o menino elabore sua experiência de modo a ressignificá-la de maneira menos dolorosa em sua



realidade psíquica. Sua brincadeira de desaparecimento e retorno foi repetida diversas vezes, eliminando-se a possibilidade do caráter patológico, já que a observação da criança também vinha acompanhada de um olhar para seu corpo. Era possível, portanto, diferenciar a repetição construtiva da ritualística, presente na patologia.

Conforme a criança vai se desenvolvendo,

Os jogos de aparecer e desaparecer continuam presentes. A imagem que aparece e desaparece ocupa a vida mental da criança. Então, por volta dos três anos, a criança descobre como reter essa imagem através do desenho e assim pode, mais uma vez, controlar sua angústia. Neste período, a criança aprenderá a lidar cada vez melhor com suas representações, chegando a compreender, por volta dos seis anos, sistemas simbólicos como o número e a escrita. (BOSSA, 2018, p. 18)

A psicanálise nos sugere ainda, como afirma Bossa que

esse corpo, transversalizado pela inteligência e pelo desejo, está articulado ao discurso parental. É do lugar em que é colocada, que a criança se vê. É esse lugar em que se vê que estabelece seus limites e possibilidades. O lugar da criança na família, como relações dinâmicas inconscientes, é fator estruturante, sadio ou patogênico, da personalidade. (BOSSA, 2018, p. 14)

Assim como a psicanálise, a psicopedagogia constrói seus saberes a partir do estudo dos problemas, a saber a histeria e os problemas de aprendizagem, respectivamente. Além de aproximar-se da psicopedagogia por se assemelharem na maneira pela qual vão construindo seu arcabouço teórico, a psicanálise traz outras contribuições à psicopedagogia, tanto no campo teórico, quanto em sua prática.

4.2 A AVALIAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NO ATENDIMENTO CLÍNICO

O trabalho psicopedagógico, segundo Bossa (2011), pode ser dividido em teórico e prático. O trabalho teórico é cíclico, e se faz justamente pela necessidade de se refletir a prática. O trabalho prático, por sua vez, divide-se em preventivo, com o trabalho institucional (e também clínico) e em clínico, que pode ser realizado tanto em um consultório, quanto em hospitais.

O trabalho preventivo, segundo Bossa (2011), se faz em três níveis distintos, divididos de acordo com o objetivo do psicopedagogo. O primeiro nível seria diminuir a frequência dos problemas de aprendizagem, focando também na formação dos professores e no auxílio aos pais. No segundo nível, a abordagem do psicopedagogo estaria voltada a tratar os problemas de aprendizagem já instalados, e em terceiro nível seria eliminar transtornos, função também clínica. O trabalho clínico também se faz preventivo, porque cada questão resolvida clinicamente também previne desdobramentos futuros.



O presente artigo situa sua visão tendo como base o atendimento psicopedagógico clínico, que geralmente tem início por volta dos cinco anos de idade, quando se inicia o processo de alfabetização, já que as dificuldades durante esse período se tornam mais visíveis. Vale ressaltar, no entanto, que o atendimento psicopedagógico não se restringe a essa faixa etária, podendo ser feito a pessoas de quaisquer idades, e tampouco se limita ao trabalho com os problemas, sendo possível também o desenvolvimento de potencialidades.

Em linhas gerais, o atendimento psicopedagógico se divide em diagnóstico e intervenção. A avaliação psicopedagógica se dá em nível de diagnóstico, onde o psicopedagogo observa tudo o que for possível acerca da criança.

Uma avaliação se constrói na obtenção e integração de bom número de informações significativas que podemos obter da criança, de sua dinâmica familiar, de sua escola. Esses dados podem algumas vezes ser colhidos de modo informal através da observação da criança, em situações diversas [...]. (OLIVEIRA, 2018, p.49)

No atendimento clínico avaliativo, é preciso oferecer riqueza de elementos para que a criança explore o ambiente, os objetos, os brinquedos, os materiais para desenho, os materiais não estruturados, bonecas, os jogos, tudo isso de forma profissional, de modo a oferecer ao psicopedagogo a oportunidade de observar o máximo a respeito das características do comportamento da criança em questão.

O capítulo que se segue aborda o desenho infantil de maneira pormenorizada, destacando suas características e importância para a avaliação psicopedagógica.

4.3 O DESENHO INFANTIL

Tudo o que vemos e vivemos em nossa paisagem cultural, totalmente construída e inventada pelo homem, algum dia foi projetado e desenhado por alguém: a roupa que vestimos, a cadeira em que nos sentamos, a rua pela qual passamos, o edifício, a praça. O desenho participa do projeto social, representa os interesses da comunidade, inventando formas de produção e de consumo. (DERDYK, 1989, p.37)

Maureen Cox (2010) destaca o italiano Corrado Ricci como um dos pioneiros na temática do desenho infantil. Segundo a autora, a publicação de seu livro “A arte das crianças pequenas”, em 1887, desencadeia o interesse pelo desenho infantil de maneira mais sistemática. Para alguém do século XXI, imaginar que a arte das crianças de outros tempos era negligenciada, pode causar estranheza. Torna-se mais plausível o entendimento, no entanto, se tivermos um olhar historicista. A criança não era vista da mesma maneira que a vemos hoje; era considerada um adulto em miniatura. Nesse lugar inferior em que era colocada, a criança não merecia ter seus desenhos (ou qualquer outro trabalho artístico) registrados ou preservados, raras sendo as exceções. No século XVIII, no entanto, essa visão começa a mudar. O filósofo e educador Jean-Jacques Rousseau “considerava a infância



uma etapa distinta e importante do nosso desenvolvimento em direção à idade adulta.” (Cox, 2010, p. 4) Rousseau enxergava a criança como criança, dotada de particularidades que as diferenciavam dos adultos.

Cox (2010) nos conta que a criança pequena geralmente tem bastante interesse pelo desenho, e que as escolas em geral abraçam essa tarefa, compreendendo sua importância no desenvolvimento infantil. Esse encantamento, no entanto, vai diminuindo no início da adolescência. Por se tornar mais crítica de si mesmo e exigir desenhos cada vez mais realistas e não possuir acompanhamento técnico para tal, a criança sente-se desmotivada, e muitas das vezes, para de desenhar. Cox contesta essa realidade ocidental, questionando o porquê de não nos importarmos em sermos ‘iletrados’ em termos de desenho e nos incomodarmos tanto em sermos iletrados para outras formas de linguagem.

Em geral, a primeira fase dos desenhos infantis, segundo Cox (2010) são os rabiscos, aos quais Piaget se refere como garatujas. Esses traços são importantes para as crianças. Derdyk compartilha dessa ideia, afirmando que “atrás da aparente “inutilidade” contida no ato de rabiscar estão latentes segredos existenciais, confidências emotivas, necessidades de comunicação” (Derdyk, 1989, p. 52). Não parecem preocupadas com sua preservação, no entanto, já que não se importam em riscar sobre eles. Gradualmente a criança ganha controle sobre esse movimento, e passa a respeitar os limites da folha. Descubrem a possibilidade da produção de diferentes tipos de rabiscos. (Cox, 2010, p.15 a 21)

A fase seguinte é a do desenho figurativo. A criança começa a perceber que pode usar linhas e traços para representar algo. Os desenhos ainda não têm, necessariamente, o formato daquilo que representam. É comum que a criança se manifeste verbalmente sobre o desenho, atribuindo-lhe o nome. Às vezes, notam em seus rabiscos espontâneos alguma semelhança com algo que elas conhecem, e não parecem ver problema em alterar a nomeação anteriormente feita. É a chamada fase do realismo fortuito, segundo Luquet. Podemos incentivar que a criança produza essa semelhança intencionalmente, já que o desenho não é um símbolo arbitrário, devendo, então, assemelhar-se ao que representa. Os rabiscos não são abandonados de imediato, mas à medida que a criança se desenvolve, mais riqueza de detalhes é atribuída ao seu desenho (Cox, 2010, p. 21).

As pesquisas de Cox (2010) sugerem que durante uma determinada época, ou em algum grupo social ou localidade, pode haver uma preferência específica para caracterizar um desenho. Segundo Kellog, as garatujas podem tanto ser inatas a todas as crianças do mundo, quanto fruto de gestos assimilados e aculturados, correspondendo às circunstâncias geográficas, temporais e culturais do curso humano. (apud Derdyk, 1989, p. 52 e p. 53)

O desenho (e o que a criança diz sobre ele) traz em si a potência de investigação da criança em sua totalidade, assim como sugere o pensar atual dentro da psicopedagogia. Roland Chemana (apud Goulart 2011) afirma que o desenho constitui uma “espécie de via privilegiada de acesso ao



inconsciente”. Por meio do desenho é possível, ao profissional especializado, acessar o nível de desenvolvimento cognitivo, afetivo, social, emocional e psicomotor que a criança se encontra.

O estudo dos desenhos passou a ser conduzido também de maneira a contrastar o desenho de crianças com dificuldades de aprendizagem e o das que não apresentavam dificuldades. Num primeiro momento, a interpretação feita é da avaliação dos déficits, ou seja, do que faltava no desenho da criança com dificuldade em comparação ao de crianças sem dificuldade. Georges Rouma (apud Cox, 2010, p. 91) diverge dessa ideia, afirmando que não se trata de avaliar o que falta, mas de compreender o que ainda não foi desenvolvido como diferença de ritmo - mais lento - de desenvolvimento. Trata-se mais de um atraso do que de um impedimento da capacidade de desenhar.

Para a análise de um desenho, seja o enfoque a psicanalítico, técnico ou de qualquer outra ordem, é necessário que algum parâmetro tenha sido estabelecido para servir como referência daquilo que se espera. Daí ressaltamos a importância do conhecimento amplo do desenho e suas fases de desenvolvimento. Atrelado à essa necessidade, faz-se imprescindível que o profissional tenha olhar e escuta atentos para que uma avaliação precipitada não leve a um diagnóstico e tratamento ineficazes.

Como afirmam Goodenough e Harris,

muitas das características consideradas anormais nos desenhos de uma única criança ou de um pequeno e seletivo grupo perdem seu aparente significado quando se tornam conhecidos a idade e o sexo dos indivíduos estudados e as condições em que os desenhos foram feitos. (apud COX, 2010, p. 97)

4.3.1 Técnicas Projetivas

Por volta de 1920 (Cox, 2010, p. 85) os desenhos infantis passam a ser usados como testes psicológicos com potencial indicador da inteligência e da maturidade intelectual da criança, sua personalidade e seu emocional.

Alguns autores se referem a essas atividades como provas, testes ou técnicas projetivas, que consistem em atividades orientadas a fim de que o sujeito possa projetar-se, representar-se em situações estereotipadas e carregadas emotivamente.

O exame das provas projetivas permitirá, em geral, avaliar a capacidade do pensamento para construir, no relato ou no desenho, uma organização suficientemente coerente e harmoniosa como para veicular e elaborar a emoção; também permitirá avaliar a deterioração que se produz no próprio pensamento, quando o *quantum* emotivo resulta excessivo. O pensamento incoerente não é a negação do pensamento, ele fala ali mesmo onde se diz mal ou não se diz nada, e isto oferece a oportunidade de determinar a norma no incongruente e de saber como o sujeito ignora. (PAÍN, 1985, p. 62)

É importante ressaltar que há técnicas projetivas que não solicitam o desenho. Isto posto, cabe esclarecer que nos ativemos à abordagem daquelas mais comuns que usam o desenho infantil como produção da criança em atendimento.



4.3.1.1 Desenhe um homem – *Draw a Man (DAM)*

Em 1926, Florence Goodenough desenvolve um teste baseado na capacidade de a criança desenhar um homem e o caracteriza como um teste de inteligência. Por volta de 1963, Dale Harris, juntamente com Goodenough, se encarrega de ampliar esse teste, que ficou conhecido como DAM (*Draw a Man* – Desenhe um Homem), que passou a ser considerado medidor da maturidade intelectual, e não mais um teste de QI, apesar de ainda hoje ser usado dessa maneira. “Ao desenhista são creditados pontos de acordo com o número de elementos incluídos, suas proporções e o modo como são ligados à figura principal.” (Cox, 2010, p. 86) Há tabelas diferentes para meninos e meninas, já que as meninas têm a tendência de desenhar mais detalhes que os meninos, refletindo a diferença de ritmo no amadurecimento (e também das influências sociais) de acordo com o sexo.

4.3.1.2 Desenhe uma pessoa – *Draw a Person (DAP)*

Em 1949, Karen Machover introduz o teste DAP (*Draw a Person* – Desenhe uma Pessoa), considerado útil na avaliação da personalidade por acreditar-se que o desenho de uma pessoa reflete a expressão do eu. A instrução dada é que a criança desenhe duas figuras, sendo a primeira associada à expressão do eu e a segunda (de sexo oposto ao da primeira) é associada ao relacionamento da criança com outras pessoas importantes em sua vida. A interpretação de Machover tem enfoque psicanalítico, dando ao desenho um significado simbólico. Apesar de duras críticas à consistência de seu trabalho, o teste de Machover “tornou-se um dos testes mais usados em clínicas e hospitais e é ainda amplamente empregado hoje em dia.” (Cox, 2010, p.95)

Em 1968, Elizabeth Koppitz desenvolve outro teste mental baseado em desenhos infantis da figura humana, também nomeado DAP, sendo que apenas uma figura humana é desenhada e avaliada de acordo com trinta itens de desenvolvimento derivados do teste de Goodenough e Harris, e também de acordo com sua experiência. Posteriormente, os itens são agrupados em quatro categorias para cada faixa etária: *esperado, comum, não habitual e excepcional*. Utiliza também outros trinta indicadores emocionais pelos quais pode avaliar o ajuste ou o distúrbio emocional da criança.

4.3.1.3 Desenho da família

Pede-se ao sujeito que desenhe **uma** família. É importante que o psicopedagogo deixe disponível uma variedade de lápis-de-cor suficientemente rica para que a criança tenha a opção de se expressar também com riqueza de cores e detalhes. É importante que se observe todo o ato de desenhar, e que ao final se peça à criança para contar a história desse desenho. Com essa técnica é possível observar a visão que a criança tem de si mesma e o lugar que ela ocupa nessa família. Segundo Corman,



O interesse do desenho de uma família reside precisamente nisto: ao nos permitir apreciar a situação que uma criança se atribui entre os seus, a índole das relações que mantém “no coração” com seus irmãos e irmãs e com seus pais, em muitos casos nos permite tocar com o dedo as motivações profundas de sua conduta, especialmente quando é patológica. (apud BOSSA, p. 72)

4.3.1.4 Casa, árvore e pessoa – *House, Tree and Person (HTP)*

Dotado de grande poder simbólico, e de experiências emocionais e ligadas ao desenvolvimento da personalidade, pede-se num primeiro momento, que a criança faça a representação pictórica; e num segundo momento, que ela verbalize sobre sua produção.

Para Buck, a casa está associada ao lar, a árvore ao seu papel na vida e a figura humana às relações sociais. (apud Bossa, 2011, p. 74)

4.3.1.5 Jorge Visca

Psicólogo argentino, Visca muito contribuiu para a divulgação da Psicopedagogia no Brasil. Foi criador da Epistemologia Convergente, com influência da Psicogenética de Piaget, da Escola Psicanalítica de Freud e da Psicologia Social de Pichon Rivière.

Visca propõe dez testes projetivos para analisar a rede de relações vinculares: *par educativo, planta da sala de aula e eu e meus companheiros* com a intenção de investigar predominantemente os vínculos com o âmbito escolar; *planta da minha casa, família educativa e os quatro momentos de um dia* para investigar o vínculo em relação ao aspecto familiar físico e humano e *o desenho em episódios, o dia do meu aniversário, nas minhas férias e fazendo algo de que eu mais gosto* que são proveitosos para investigar predominantemente o vínculo da criança consigo mesma. (apud REIS, et. al, 2018, p. 145)

Visca elenca os indicadores mais significativos a serem observados no desenho: os detalhes espaciais do desenho e como os itens desenhados se relacionam entre si; os nomes e as idades indicados pelo entrevistado; o título do desenho e sua correspondência com a situação, e o relato e sua correspondência com o título e o desenho.

4.3.2 As contribuições de Piaget

4.3.2.1 A representação simbólica em Piaget

De acordo com Piaget (1969), o termo ‘Representação’ pode ser compreendido de duas formas no que diz respeito à apropriação da linguagem. Num sentido mais amplo, afirma que a representação pode ser conceitual, ligada ao pensamento e ao significado. Já em sentido mais estrito, relaciona a representação ao simbólico, às imagens mentais e ao significante, estabelecendo cinco condutas representativas referentes ao desenvolvimento dessas funções simbólicas. Piaget (1969) afirma que as condutas se manifestam em tempo cronológico aproximado, nomeando-as por ordem crescente de complexidade: a imitação diferida, o jogo simbólico, o desenho ou a imagem gráfica, as imagens mentais e a evocação verbal.



O indivíduo, ao construir seus sistemas de representação, se utiliza de caminhos inversamente proporcionais, sendo necessário muita concretude para a aquisição de conceitos abstratos, para só então atingir a abstração partindo dos elementos concretamente constituídos na mente. Há uma progressão entre esses elementos.

Piaget destaca três níveis de desenvolvimento no que se refere à abstração dos materiais escritos: índice ou sinal, símbolos e signos. No primeiro nível, a parte representa o todo. O nível simbólico seria a primeira forma verdadeira de representação, mas não arbitrária, diferente do terceiro nível, onde os signos são arbitrários e não mantêm relações com o objeto que representam.

O desenho, que se aproxima da ideia de símbolo, pode revelar um rico acervo de informações referentes ao estágio de desenvolvimento da linguagem e de sua prontidão para a internalização da linguagem escrita, visto que a impossibilidade de compreender os signos inviabiliza o domínio de uma atividade que requer justamente o manejo consciente dos signos. Escrever é compreender signos e suas arbitrariedades, e como há uma progressão em termos de maturação, segundo Piaget, podemos afirmar que o desenho antecede a escrita. Para que se possa ‘desenhar letras’ em um sentido mais amplo e significativo, e não apenas como uma atividade motora, é preciso desenhar o mundo. (Alexandroff, 2010, p. 26). Em relação à linguagem escrita, Vygotsky (1989) afirma que o brinquedo de faz-de-conta e a escrita devem ser vistos como momentos diferentes de um processo essencialmente unificado, o que nos leva à conclusão de que brincar e desenhar deveriam ser estágios preparatórios do desenvolvimento da linguagem escrita.” Escrever, segundo Vygotsky, envolve a elaboração desse sistema de representação simbólica da realidade.

Em consonância com Piaget, Oliveira (2018, p. 23) afirma que “a criança evolui numa forma cada vez mais abstrata, organizada e significativa, numa progressiva estruturação sintático-semântica, construindo a tomada de consciência de si mesmo e do outro na relação eu-outro [...] A maneira de arquivar o vivido torna-se progressivamente internalizada, sistêmica, abstrata e lógica [...] Quanto mais a criança organiza de forma sistemática e consciente suas representações (verbais e/ou imagéticas) mais ela caminha para o período operatório, que vem a ser justamente a possibilidade de compreender sistemas simbólicos, como a escrita e o número.” Oliveira defende a avaliação lúdica e gráfica como uma das formas de avaliar como ocorre esse processo de organização e adaptação à realidade.

4.3.2.2 As fases do desenho infantil segundo Piaget

De acordo a teoria Piagetiana das fases do desenho infantil, há um processo progressivo de desenvolvimento, fazendo-se necessário conhecê-las para que a avaliação seja feita de maneira adequada, culminando em ações pertinentes durante a intervenção psicopedagógica. Para Piaget, a criança desenha mais o que sabe do que o que consegue realmente ver. Ao desenhar, elabora



conceitualmente objetos e eventos. Daí a importância de se estudar o processo de construção do desenho junto ao enunciado verbal que nos é dado pelo indivíduo.

Garatuja: Indo de zero a quatro anos, aproximadamente, se caracteriza pelo extremo prazer de desenhar, ressaltando que a figura humana é inexistente. Ainda que a criança anuncie o que vai desenhar, não há relação fixa entre o objeto e sua representação. A cor aparece ao acaso, também não se preocupando em retratar o real. Pode ser dividida em:

Garatuja Desordenada: movimentos amplos e desordenados, sem preocupação com a preservação dos traços, cobertos com novos rabiscos.

Garatuja Ordenada: Traços longitudinais e circulares e figura humana de forma imaginária. Início do interesse pelas formas. Ainda sendo garatuja, a criança começa a compreender que seu desenho pode dizer algo. É o começo da representação.

Pré-esquematismo: vai normalmente até os sete anos, ocorrendo a descoberta da relação entre desenho, pensamento e realidade. Os elementos estão dispersos e não relacionados entre si, mas já é possível considera-lo como linguagem. Segundo Moreira (1984) “Trata-se de um jogo simbólico: o vínculo entre significante e significado permanece totalmente subjetivo.”

Esquematismo: vai até nove anos, aproximadamente. Começa a construir formas diferenciadas para cada categoria de objeto. Surge o uso da linha de base e a descoberta da relação entre cor e objeto. A figura humana ainda pode apresentar distorções como: exagero, negligência, omissão, transparência e o rebatimento.

Realismo: surge por volta dos dez anos. Maior consciência em relação aos sexos, maior rigidez e formalismo. Uso do plano e da superposição. Início da autocrítica. Pseudo Naturalismo: a partir dos dez anos. Transferência para o papel das inquietações e angústias características do início da adolescência. Aparece o realismo, a objetividade, a profundidade, o espaço subjetivo e o uso consciente da cor. Muitas crianças param de desenhar nessa fase.

4.3.3 Algumas vantagens práticas do desenho na avaliação psicopedagógica

O desenho é uma atividade de fácil administração e baixo custo, pois demanda apenas papel, lápis e uma mesa. Derdyk (1989, p. 18) nos salienta outros suportes: cartolina, lousa, muro, chão, areia, madeira, pano, utilizando determinados instrumentos: cera, carvão, giz, pincel, caneta hidrográfica, bico-de-pena, vareta, e pontas de toda espécie. Hoje em dia o desenho está ao alcance de nossas mãos com o uso do celular e apenas o dedo na tela.

Além disso, pode ser usado desde muito cedo, sendo que a criança dificilmente oferece resistência ao desenho, satisfazendo seus “desejos de atividade lúdica”. (Weiss 2004). Para Winnicott, desenhar é atividade lúdica, reunindo, como em todo jogo, o aspecto operacional e o imaginário.



(apud Derdyk, 1989, p.73) Sendo lúdica, caracteriza-se como uma técnica que se reproduz sem pressão, pois as crianças geralmente já estão acostumadas a desenhar.

Com manejo adequado, é uma atividade que pode oferecer ao psicopedagogo uma gama de informações a respeito do estado/desenvolvimento psíquico, psicomotor, cognitivo e afetivo do aprendiz, bem como seu potencial criativo.

Como antecede a escrita, permite ação preventiva, caso seja detectada alguma característica que denuncie algum comprometimento do ponto de vista linguístico.

4.4 CONSIDERAÇÕES PARA A INTERPRETAÇÃO DO DESENHO INFANTIL

Segundo Oliveira (2018),

a maneira como uma criança brinca ou desenha reflete sua forma de pensar e sentir, nos mostrando, quando temos olhos para ver, como está se organizando frente à realidade, construindo sua história de vida, conseguindo interagir com as pessoas e situações de modo original, significativo e prazeroso ou não. (OLIVEIRA, 2018, p. 23)

A importância ressaltada aqui não se restringe ao desenho em si, mas ao papel de quem propõe a atividade. Para que o desenho seja instrumento a contribuir na avaliação da criança em sua totalidade, não basta que ela desenhe. É preciso ‘termos olhos para ver’, como ressalta Oliveira (2018, p.23). Para isso, a interpretação do desenho deve ocorrer de maneira contextualizada, orientada e acompanhada. É necessário que o psicopedagogo conheça a técnica para interpretá-lo, sabendo-se que o significado que a criança atribui ao desenho também precisa ser levado em consideração. Portanto, nenhum diagnóstico deve ocorrer em apenas uma sessão de análise. É preciso conhecer a criança, saber do seu mundo, para que a interpretação seja mais próxima daquilo que a criança significou e menos do que o psicopedagogo projeta sobre o desenho.

O desenho infantil é estudado por profissionais de várias áreas do conhecimento – psicopedagogos, pedagogos, psicólogos, artistas, educadores, entre outros – existindo diversas teorias para embasar a sua análise ora focados na natureza emocional e psíquica da criança, ora pela análise da linguagem gráfica do aspecto formal ou simbólico, seja pela ótica da aplicação nos testes de inteligência, ou como forma de demonstrar o desenvolvimento mental da criança. “Teóricos como Lowenfeld, Piaget, Luquet, Mèredieu, Goodnow, Porcher, Freinet, Kellog, Winnicott e Wallon tiveram papel fundamental na construção do alicerce de entendimento da produção gráfica dos pequenos.” (Derdyk, 1989, p. 49) Dentre os brasileiros podemos citar Fayga Ostrower, Fanny Abramovich, Ana Angélica Albano Moreira, e Silvio Dworecki.

Um cuidado que o adulto deve ter ao analisar um desenho infantil é o de não impor sua própria imagem de infância ao interpretar o desenho infantil. De fato, esse cuidado para não se projetar sobre a criança em questão pode se abranger a toda prática psicopedagógica. Há pelo menos duas falas do



escritor brasileiro Rubem Alves que ilustram com poesia a necessidade desse cuidado: “Eu quero desaprender para aprender de novo. Raspar as tintas com que me pintaram. Desencaixotar emoções, recuperar sentidos.” Em seu texto Escutatória, Rubem Alves destaca a importância do ouvir: “Para se ver, é preciso que a cabeça esteja vazia. Parafraseio o Alberto Caeiro: “Não é bastante ter ouvidos para ouvir o que é dito; é preciso também que haja silêncio dentro da alma”. As duas citações podem estar a serviço do fazer psicopedagógico, reiterando a posição do psicopedagogo e a necessidade de ouvir sem pré-julgamentos, sem pré-conceitos que possam vir a servir de barreira na sua atuação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Psicopedagogia surge da necessidade de resolver os entraves que se fazem presentes ao ser humano na sua busca pelo conhecimento. O enfoque inicialmente era organicista, e o aprendiz quase que unicamente responsabilizado por sua dificuldade de aprender. Com o passar do tempo, o problema de aprendizagem passou a ser visto também como problema de “ensinagem”, evidenciando a necessidade de o profissional da área buscar constante atualização e especialização, bem como da necessidade de nos preocuparmos política e socialmente com o fazer pedagógico.

No intuito de desvendar a razão pela qual os entraves se estabelecem, prejudicando a aprendizagem, faz-se necessária uma ampla investigação do sujeito, levando à necessidade da compreensão do ser em questão em sua totalidade. Esse ser que é dotado de um eu que nem sempre se revela de maneira clara e óbvia, que tem desejos ocultos e manifestos, que pode ter fobias e medos, que se relaciona com a família, com a escola, que necessita de prontidão biopsicossocial para se desenvolver, esse sujeito complexo não poderia ser estudado de maneira rasa. Para tanto, a Psicopedagogia conta com o auxílio de áreas do conhecimento como a psicologia, a pedagogia, a psicanálise, a linguística, a fonoaudiologia, a medicina, a neurologia a sociologia, a antropologia e a epistemologia, entre outras, tornando-se uma área interdisciplinar. Assim, ainda que a Psicopedagogia seja uma área relativamente nova, é bastante vasta a sua literatura: seu arcabouço teórico, que ainda se constrói através da prática, não para de crescer.

Com origem na Europa do século XVIII, a Psicopedagogia ganha força no Brasil impulsionada pelos teóricos argentinos que muito contribuíram para sua construção teórica e prática. Ainda há muito o que caminhar no Brasil em termos práticos, teóricos e também com relação à legislação do fazer psicopedagógico, para que cada vez mais a Psicopedagogia seja uma área única do saber e respeitada da maneira que merece ser.

Na construção do saber Psicopedagógico, que em geral, parte da prática, muitas ferramentas se tornam valiosos instrumentos na arte de desvendar as causas dos problemas de aprendizagem. O desenho na avaliação psicopedagógica se constitui prática muito importante na investigação do ser em sua totalidade. Primeiramente, além do baixo custo, podemos destacar a simplicidade requerida para a



realização dessa tarefa: bastam lápis, papel e borracha para que o psicopedagogo possa solicitar um desenho à criança. A criança, por sua vez, dificilmente oferecerá resistência ao ato de desenhar, e mesmo se o fizer, isso já traz informações que merecem ser investigadas.

Por ser um ato de construção simbólica, desenhar, por si só, já exige da criança uma atitude ativa, contribuindo para a sua formação autônoma. Além disso, o desenho e o que a criança verbaliza sobre ele trazem toda a riqueza de informações que constituem o tripé psicopedagógico: o eu, a família e a escola. Apesar de a psicopedagogia não ser um saber fechado e impassível de erros, a rapidez e eficácia com que uma avaliação é conduzida trazem muita satisfação a todos os envolvidos, se tornando inclusive, além de clínico, trabalho preventivo, à medida que inibe a formação de problemas decorrentes das questões iniciais, quando não resolvidas.

O desenho, dentro da psicopedagogia deveria se configurar como disciplina obrigatória em seu curso de formação. Se historicamente o desenho da criança nem sempre foi valorizado, pois à criança também não era dado nenhum valor de destaque na sociedade, hoje em dia há vários teóricos que se ocupam de estudar o desenho infantil sob várias óticas, reafirmando a importância do desenho na avaliação psicopedagógica, como abordamos nesse artigo.



REFERÊNCIAS

- ALEXANDROFF, Marlene Coelho. Os caminhos paralelos do desenvolvimento do desenho e da escrita. São Paulo: Construção Psicopedagógica, 2010.
- ALVES, Rubem Escutatória. Acessado pelo link: http://www.inf.ufpr.br/urban/20191_205_e_220/205e220_Ler_ver_para_complementar/RubemAlvesEscutat%C3%B3ria.pdf Pesquisa realizada no Google, com acesso em 05/04/2020.
- BERTÃO, Candida Cristina [e.tal.] O desenho como instrumento para diagnósticos psicopedagógicos na educação infantil. Alagoas: Revista Eletrônica de Educação da Faculdade Araguaia, 2017.
- BOSSA, Nadia Aparecida. A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. 4ª ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.
- COX, Maureen. Desenho da criança. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- DERDYK, Edith. Formas de pensar o desenho: desenvolvimento do grafismo infantil. São Paulo: Editora Scipione, 1989.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GOULART, Isabelly de Oliveira. A importância do desenho na educação infantil e no diagnóstico da psicopedagogia. 2011
- JUNIOR, Lindolfo de Oliveira Rabelo [et.al]. A importância do desenho na educação infantil: uma atividade dotada de várias significações. 2016.
- LISBOA, Marcia. Jogos para uma aprendizagem significativa: com música, teatro, artes visuais e movimentos: valorizando múltiplas inteligências. 2ª ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.
- MOREIRA, Ana Angélica Albano. O espaço do desenho: a educação do educador. São Paulo: Edições Loyola, 1984.
- OLIVEIRA, Vera Barros de e Nádia a Bossa (orgs.). A avaliação psicopedagógica da criança de zero a seis anos. [et.al.] 22ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015
- PAÍN, Sara. Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 1985.
- REIS, Adriana [et.al.]; organização Ana Celina Vasconcelos. A intervenção psicopedagógica. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2018.
- ROSA, Adriana Padilha. [et.al.] Atividades lúdicas: sua importância na alfabetização. 1ª ed. Curitiba: Juruá Editora, 1999.
- SAMPAIO, Simaia. Dificuldades de aprendizagem: a psicopedagogia na relação sujeito, família e escola. 3ª ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.
- SILVA, Maria Cecília Almeida e. Psicopedagogia: em busca de uma fundamentação teórica. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.



WEISS, Maria Lucia Lemme. Intervenção Psicopedagógica nas dificuldades de aprendizagem escolar. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.